

OS LIMITES DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA FRONTEIRA DO CIBERESPAÇO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA¹

Antônio de Pádua Melo Neto²
Thiago Tavares Nunes de Oliveira³

1. INTRODUÇÃO

A mercadoria é a forma básica assumida pela riqueza nas sociedades capitalistas. Essa forma é, portanto, histórica e socialmente determinada. Para Marx, a mercadoria é um produto do trabalho humano transferido a quem vai servir como valor de uso através da troca. Esses produtos não pertencem àqueles que os elaboraram, as relações especificamente capitalistas de produção determinam que as mercadorias são propriedade dos capitalistas, donos também dos meios de produção dessas mesmas mercadorias. O desenvolvimento do capitalismo transformou e transforma todas as esferas da vida humana em mercadorias, inclusive as idéias e a ciência (a produção intelectual). A revolução das condições de produção de livros e de outros materiais impressos (que se iniciou com a invenção da prensa por Guttemberg) permitiu ao capital transformar os bens culturais em mercadoria. O passo dado em seguida foi a criação de uma legislação com o objetivo de proteger os direitos autorais, inaugurando o paradigma patrimonialista das idéias. Porém, o desenvolvimento recente das forças produtivas permitiu a produção e a reprodução dos bens culturais de uma forma não-capitalista. O caso do software livre é paradigmático, pois significa a gênese de uma nova forma de produção de riqueza social, onde o atendimento das necessidades do homem (a sua auto-realização) é o objetivo central. O software livre democratiza a repartição da riqueza não porque, combatendo monopólios como a Microsoft, haverá redução de preços, mas porque a própria “forma-preço” é posta em xeque pela “forma de produção” dos software livres. Assim sendo, o movimento pelo software livre deve ser entendido como uma resposta direta da sociedade civil organizada, a partir do ciberespaço, que objetiva não apenas o enfrentamento direto com a grande indústria de tecnologia, mas, principalmente, o resgate do paradigma libertário que caracterizou os primórdios da ciência informática nos idos de 1960. Sendo que desta vez o que está em jogo não é apenas a forma-mercadoria do software, mas toda a indústria de entretenimento, da música ao livro, num movimento libertário de contestação da forma-mercadoria dos bens culturais, que objetiva devolver à humanidade a sua auto-determinação cultural, livre dos monopólios privados e da apropriação privada dos bens gerados. Um verdadeiro Comunismo da idéias, diria Marx.

2. MERCADORIA E CAPITALISMO

Logo ao início do primeiro capítulo do livro primeiro de O Capital (intitulado de A Mercadoria), Marx afirma que a riqueza nas sociedades capitalistas aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” (Marx, 1996, p. 165). É importante ressaltar essa separação entre Marx e os economistas clássicos: para Marx a riqueza possui uma forma historicamente datada, que se estrutura em determinado modo de produção. A riqueza, em Marx, ganha o caráter de fato sócio-histórico.

O conjunto das mercadorias é a forma assumida pela riqueza nas sociedades capitalistas. Essa forma é específica do capitalismo, e só pode ser entendida dentro dos seus limites. Para Marx,

¹ Pesquisa desenvolvida sob a orientação do Professor Ranieri Muricy Barreto.

² Economista.

³ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador – UCSal e do Curso de Administração da Universidade Federal da Bahia - UFBA

a mercadoria enseja duas dimensões: a do valor de troca (ou, simplesmente, valor) e a do valor de uso. O valor de uso diz respeito à dimensão qualitativa das mercadorias, às suas características intrínsecas. Para Marx, o valor de uso, sendo o conteúdo material da riqueza, existe **independentemente da forma social que esta assuma** (Marx, 1996). No caso da sociedade capitalista, o valor de uso é o substrato material da mercadoria. Já o valor de troca diz respeito à dimensão quantitativa da mercadoria. Mas surge aí um problema: como trocar, como iguais, mercadorias que possuem valores de uso diferentes? Na relação de troca desaparece a importância do valor de uso das mercadorias. Mas ainda assim é preciso encontrar algo em comum entre as diferentes mercadorias, um denominador comum, algo a que elas possam ser reduzidas a fim de serem trocadas com igualdade. Que substância “fantasmagórica”, nas palavras de Marx, é esta?

As mercadorias são produtos do trabalho humano. Abstraindo-se da forma como esse trabalho foi despendido, tem-se apenas a quantidade do seu dispêndio, a duração da jornada de trabalho. Assim, o valor das mercadorias deriva do tempo de trabalho gasto para produzi-las. E esse tempo de trabalho deve ser considerado enquanto gasto da força conjunta de trabalho da sociedade que cria a totalidade das mercadorias. Assim, o tempo de trabalho que cria o valor das mercadorias é o tempo de trabalho socialmente necessário (Marx, 1996).

Assim sendo, a mercadoria, para Marx, é um produto do trabalho humano transferido a quem vai servir como valor de uso através da troca. Essa produção para a troca só é possível a partir da divisão social do trabalho. O desenvolvimento do capitalismo implicou na formação de uma classe social de desprovidos, o proletariado, que para sobreviver precisa vender continuamente a sua capacidade de trabalho (força de trabalho) para aqueles que se apropriaram dos meios de produção. O trabalhador trabalha para o capitalista e o fruto do seu trabalho é propriedade desse mesmo capitalista. Esse produto do trabalho alheio assume a forma de mercadoria, pois ao capitalista (seu dono) interessa vendê-lo no mercado para realizar lucro. A separação entre os produtores diretos e os produtos do seu trabalho mantém a classe trabalhadora na condição permanente de desprovidos.

3. A TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA EM MERCADORIA

O desenvolvimento do capitalismo transformou todas as esferas da vida humana em mercadorias, inclusive as idéias e a ciência (a produção intelectual). A invenção da prensa por Guttemberg, no final do século XV, permitiu agilizar sobremaneira a reprodução de livros e textos que antes eram manuscritos por monges. Essa nova capacidade de reproduzir materialmente as idéias e concepções foi a “revolução industrial” necessária para a transformação da cultura em mercadoria, pronta a ser levada aos consumidores. Os capitalistas ligados ao comércio foram rapidamente substituídos por capitalistas industriais proprietários de grandes gráficas, com escala suficiente para atender à demanda de uma nação inteira. Essa transformação de inocentes mecenas em grandes empresários foi também um fator central para a transformação da cultura em mercadoria e para a cristalização de uma legislação favorável à manutenção dessa forma-mercadoria. A história dessa legislação começa com uma lei do ano de 1710, promulgada na Inglaterra com o objetivo de proteger os direitos autorais, inaugurando o paradigma patrimonialista das idéias. O detalhe importante é que a evolução dessa legislação é sempre para garantir prazos maiores de monopolização da reprodução das idéias bem além da data de falecimento do autor. Isso acontece porque os maiores detentores são as grandes empresas responsáveis pela produção e distribuição dessas mercadorias específicas, que são as reais detentoras dos direitos autorais relativos à produção intelectual.

A fusão entre capital industrial, capital comercial e capital financeiro no capitalismo contemporâneo deu aos grandes conglomerados enorme poder de monopólio e grande maleabilidade de distribuição até o consumidor final. Assim, estas empresas têm a capacidade de impor aos autores e artistas contratos draconianos, reduzindo-lhes a participação nos lucros auferidos com a venda das mercadorias.

4. A DISSOLUÇÃO DA CULTURA-MERCADORIA NO CIBERESPAÇO

A produção capitalista pressupõe o encontro entre proprietários, aptos a trocar. O software livre dissolve o valor de troca e, portanto, a forma-mercadoria da riqueza, pois abala as bases da existência da propriedade privada. O software livre significa a gênese de uma nova forma de produção da riqueza social, onde o atendimento das necessidades do homem (a sua auto-realização) é o objetivo central. Os economistas clássicos não conseguiram identificar a conexão dialética entre forma de produção e forma de distribuição da riqueza (esse talvez fosse um dos maiores limites do pensamento ricardiano). O software livre democratiza a repartição da riqueza não porque, combatendo os monopólios, haverá redução de preços, mas porque a própria "forma-preço" é posta em xeque pela "forma de produção" dos softwares livres. Preço, valor e mercadoria são todos conceitos válidos para a produção capitalista. A radicalidade do software livre é o fato de que ele implode tudo isso.

O movimento pelo software livre é uma resposta direta da sociedade civil organizada, a partir do ciberespaço, que objetiva não apenas o enfrentamento direto com a grande indústria de tecnologia, mas principalmente o resgate do paradigma libertário que caracterizou os primórdios da ciência informática nos idos de 1960.

O conceito de Copyleft (Stallman, 1998) rompe com a concepção proprietária e patrimonialista da indústria de bens culturais. Ao resgatar os valores clássicos do paradigma libertário que marcou o início da Informática, o Copyleft desconstrói o monopólio criado com o sistema de Copyright ao inverter a lógica de sua criação, utilizando-se das mesmas regras jurídicas do sistema de Copyright que são utilizadas para garantir o monopólio privado de alguém sobre uma criação intelectual, para garantir aos indivíduos a liberdade de modificação e distribuição das obras intelectuais.

Tal movimento vem ganhando força em todo o mundo. E atualmente seu alcance transcende a indústria de software, abarcando toda a indústria de bens culturais (livros, música, filme, poesia, etc.).

A produção do conhecimento é produção social. Marx não poderia ter chegado às conclusões que chegou nem poderia ter desenvolvido o método de investigação que desenvolveu se não fizesse uma síntese (dialética) do pensamento de inúmeros outros autores: Hegel, Feuerbach, Schelling, Adam Smith, David Ricardo, Rousseau e Proudhon. Nesse sentido a sua dívida para com a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo utópico francês é "impagável".

Além disso, o condicionamento social do conhecimento impõe limites ao seu desenvolvimento, ou seja, a crítica da economia capitalista não poderia surgir, é evidente, na sociedade escravista romana. Marx deixa isso claro quando afirma que não é a consciência que determina o ser social, mas a sua existência é que determina a sua consciência. As idéias, ou melhor, a consciência que a sociedade tem de si mesma é limitada pela própria estruturação dessa sociedade. Por mais genial que fosse Aristóteles, boa parte de suas conclusões políticas, por exemplo, estão muito distantes da realidade capitalista do nosso cotidiano.

É importante frisar o caráter social do saber, pois a genialidade intelectual de um indivíduo sempre será tributária de bagagem cultural anterior e terá limites de elaboração e projeção futura dados pela sociedade que a produziu. O famoso economista John Maynard Keynes dizia sabiamente que todo economista é prisioneiro de um economista ou de um filósofo defunto. Essa afirmação pode ser expandida para todas as áreas do conhecimento humano, das artes às ciências.

5. OBJETIVO

Os autores trabalharão a idéia de que com a estruturação e desenvolvimento do ciberespaço (e das tecnologias que criaram infra-estrutura necessária para o seu surgimento) como locus de

socialização das relações humanas está havendo uma dissolução da forma-mercadoria assumida pelos bens culturais, uma vez que há uma nova forma de produção e apropriação desses bens (coletiva) e a sua desmaterialização eleva exponencialmente a sua fluidez no tempo e no espaço (virtual e real).

6. CONCLUSÃO

Pela primeira vez na história da humanidade, temos a oportunidade real de superação daquilo que Engels chamava de “reino da necessidade”, através da cooperação associativa dos indivíduos no ciberespaço. A produção e apropriação coletiva do conhecimento já é uma realidade nas comunidades livres que funcionam no espaço cibernético, a grande definição diz respeito apenas ao processo de hegemonia dessa nova forma de produção dos bens e serviços necessários ao pleno desenvolvimento de todos.

7. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Antônio Luiz Figueira. **Sobre a propriedade do trabalho intelectual**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. **A Sociedade Global**: educação, mercado e democracia. Blumenau: FURB, 1999.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

GAY, Joshua (editor). **Free Software Free Society**: selected essays of Richard M. Stallman. Boston: GNU Press, 2002.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. Livro I, vols. 1 e 2. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. (Coleção Os Economistas).

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 2001.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.